

Novas prioridades para a cooperação UE-África

A UE e África estão a preparar-se para redefinir as suas prioridades em matéria de cooperação no quadro da Estratégia Conjunta África-UE adotada há dez anos. Desta vez a ênfase será na necessidade de investir na juventude. Esta questão tem assumido uma posição de destaque nomeadamente no contexto do crescimento demográfico em África e do aumento da imigração ilegal do continente africano para a Europa. O Parlamento Europeu acabou de adotar uma resolução em que apresenta a sua posição sobre o assunto na perspetiva da Cimeira UE-África agendada para finais de novembro.

Antecedentes

A [cooperação entre África](#) e a UE está consagrada em diversos contextos. Nomeadamente, o [Acordo de Parceria](#) com os países ACP (Acordo de Cotonu) define os princípios da cooperação e da ajuda ao desenvolvimento da UE na África Subsariana, ao passo que a vertente meridional da [política de vizinhança da UE](#) estabelece o quadro para a cooperação com os países do Norte de África. Após a criação da [União Africana](#) em 2002, reconheceu-se a necessidade de um quadro unitário de cooperação a nível continental e, em 2007, foi adotada a [Estratégia Conjunta África-UE \(ECAUE\)](#). O objetivo desta estratégia consiste em criar uma parceria, em pé de igualdade, entre a África e a UE, com base em interesses comuns e valores partilhados. A ECAUE está dotada com o seu próprio instrumento financeiro, o [Programa Pan-Africano](#), que foi criado em 2014 e que conta com um orçamento de 845 milhões de euros para o período 2014-2020 ao abrigo do [Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento](#). No entanto, a ECAUE não se limita às ações abrangidas por este instrumento na medida em que poderia, potencialmente, abranger todos os domínios de cooperação entre a UE e África com relevância continental ou regional, desde a paz e a segurança ao comércio e à cooperação em instâncias internacionais relativamente a questões globais. As prioridades da ECAUE são revistas periodicamente no âmbito da [cimeira](#) da UE e dos Chefes de Estado ou de Governo africanos, que se realiza a cada três anos. A próxima [cimeira](#) terá lugar em finais de novembro em Abidjan (Costa do Marfim).

Situação atual da cooperação

O [roteiro](#) adotado na Quarta Cimeira UE-África (Bruxelas, abril de 2014) define cinco domínios prioritários de cooperação: a paz e a segurança; a democracia, a boa governação e os direitos humanos; o desenvolvimento humano; o desenvolvimento e o crescimento sustentáveis e inclusivos; a integração continental e questões globais e emergentes. Em relação a uma série de domínios já se registaram êxitos assinaláveis. O apoio da UE à União Africana nos domínios da paz e da segurança reveste-se de importância fundamental para o sucesso da Arquitetura de Paz e Segurança Africana e para a operação de paz na Somália (AMISOM), liderada por África, que beneficiaram amplamente de financiamentos da UE. A UE apoiou igualmente o reforço das capacidades dos organismos africanos no domínio dos direitos humanos. A migração irregular passou a estar no foco da cooperação desde a Cimeira de Valeta, realizada em novembro de 2015, altura em que também se decidiu criar um [Fundo Fiduciário de Emergência da União Europeia para África](#) para combater as causas profundas da migração irregular. No domínio do comércio, as negociações sobre acordos de parceria económica (APE) — acordos de comércio livre assimétricos com uma forte componente de desenvolvimento — foram encerradas com agrupamentos regionais na África [Austral](#), [Occidental](#) e [Oriental](#), embora alguns Estados das últimas duas regiões ainda estejam relutantes em aprovar o texto final do acordo. Para incentivar o desenvolvimento e responder às causas profundas da migração, a UE tem vindo a incentivar investimentos em África, nomeadamente articulando subvenções públicas com fundos privados. A este respeito, o recém-criado [Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável](#) inclui duas plataformas, sendo que uma delas será consagrada a África, e uma nova garantia de risco para os investidores. Espera-se que este fundo consiga atrair investimentos avultados para África.

As novas prioridades propostas pela União Europeia

Em maio de 2017, a Comissão e a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros publicaram uma [comunicação conjunta](#) intitulada «Um Novo Impulso para a cooperação África-UE» que descreve em linhas gerais as eventuais linhas de ação futuras. O Conselho manifestou o seu apoio às novas prioridades nas suas [conclusões](#) aprovadas em junho. A comunicação reconhece os desafios e as oportunidades relacionados com o dinamismo demográfico do continente africano e a transformação que este está a enfrentar. Estas prioridades foram definidas tendo em conta a Agenda da



União Africana para 2063 — visão programática do rumo a seguir pelo continente — e [a Estratégia Global da UE](#). A agenda relativa à transformação prevista pela UE para África articula-se em torno de duas vertentes: construir Estados e sociedades mais resilientes e criar mais e melhores empregos para os jovens.

Mais concretamente, a UE tenciona reforçar o seu apoio às **capacidades africanas no domínio da paz e da segurança**, incluindo a prevenção e a gestão de conflitos. Também tenciona prosseguir com os seus trabalhos com parceiros africanos rumo a **“instituições responsáveis, democráticas, eficazes e transparentes”**, a todos os níveis, na medida em que estas constituem uma condição prévia para sociedades resilientes. A **gestão da migração e da mobilidade** é outra componente importante no âmbito da futura cooperação, sendo que se espera que tenha lugar num espírito de confiança mútua, com base na partilha de responsabilidades e no pleno respeito dos direitos humanos. A UE propõe o reforço da mobilidade e da migração legal entre países africanos e um aumento da mobilidade dos estudantes e investigadores. Ao mesmo tempo, importa lutar contra a migração irregular combatendo o tráfico e o contrabando. No domínio do **desenvolvimento económico**, o [Plano de Investimento Externo Europeu](#) é descrito como sendo o “instrumento mais poderoso da UE” para incentivar a criação de postos de trabalho em África atacando as causas profundas da migração. Outras ações necessárias neste domínio incluem: a criação de um clima propício para as empresas, a construção das infraestruturas facilitadoras de base, incluindo a eletrificação do continente africano, ajudas às PME e o apoio aos esforços africanos de integração regional e continental. A UE tenciona igualmente apoiar **a transformação da agricultura africana**, nomeadamente devido à sua importância em termos de criação de postos de trabalho. A UE reconhece a necessidade de **melhorar o nível de instrução e de formação profissional** em África e compromete-se a apoiar esta vertente.

Posição das partes interessadas

Na perspetiva da Cimeira África-UE, representantes da sociedade civil reuniram-se, em julho de 2017, em Tunes, no Terceiro Fórum da Sociedade Civil África-UE e adotaram uma [declaração conjunta](#). Nesta declaração chama-se a atenção para o facto de o espaço reservado à sociedade civil ser cada vez mais reduzido e lamenta-se a participação insuficiente da sociedade civil na implementação da estratégia. A declaração recomenda a proteção do espaço para a sociedade civil e a criação de um ambiente propício, reconhecendo ao mesmo tempo o papel da sociedade civil na construção de sociedades resilientes. Outras recomendações incluem que se garanta a inclusão das mulheres e dos jovens nos esforços de consolidação da paz, a dissociação da ajuda ao desenvolvimento da gestão das migrações, combatendo simultaneamente todas as formas de tráfico de seres humanos, a priorização de políticas e investimentos em serviços públicos como a saúde, a educação e a proteção social para todos, assim como a promoção de normas laborais internacionalmente reconhecidas e de modelos económicos sustentáveis (incluindo a ruralização).

Os jovens também definiram as suas expectativas. A [Quarta Cimeira da Juventude África-Europa](#), que teve lugar em outubro de 2017 em Abidjan, adotou uma [declaração](#) sobre as prioridades que deverão ser tidas em conta na cimeira de alto nível. Nesta declaração apela-se ao reforço da participação dos jovens, incluindo os mais vulneráveis, na sociedade e à criação de condições propícias para a responsabilização económica da juventude (um clima empresarial propício que permita a criação de empresas por jovens, a melhoria do acesso dos jovens a financiamentos empresariais, reforçando assim a capacidade dos jovens empresários para gerir uma empresa), assim como à participação dos jovens na prevenção de conflitos.

O Grupo de Crise Internacional publicou uma [análise](#) sobre a relação África-UE, na qual recomenda que ambas as partes lidem de forma mais aberta com os aspetos suscetíveis de discórdia e deliberem tendo em mente os seus interesses estratégicos e onde os convida a envidarem mais esforços para chegarem a acordo sobre a forma de combater as causas da migração para a Europa. Outros 'think tanks' também pediram um «diálogo franco» para uma nova parceria. Por outro lado, também foram expressas [dúvidas](#) quanto à viabilidade da estratégia europeia de investimento em África.

Posição do Parlamento Europeu

O Parlamento também acabou de elaborar das suas recomendações para a Cimeira UE-África em uma [resolução](#) adotada em 16 de novembro. Esta resolução exige um diálogo político intensificado e recomenda-se que a futura cooperação se centre nos seguintes domínios: **desenvolvimento económico** (através do comércio e de APE, da integração regional, da diversificação económica e da industrialização sustentável); **boa governação**, incluindo os direitos humanos; **desenvolvimento humano** (através de uma melhor educação, saúde, acesso à água e ao saneamento básico, e da igualdade de género); **migração e mobilidade**; e **ambiente**, incluindo as alterações climáticas. Por outro lado, considera que a resiliência é um conceito fundamental para fazer face aos desafios com que se depara o continente africano e propõe um reforço da resiliência nos domínios político, económico, social, ambiental e da segurança. Sublinha igualmente a importância de investimentos e relações comerciais responsáveis respeitadoras da saúde, da segurança e das normas laborais e ambientais internacionais. Recomenda ainda uma abordagem holística no que respeita à migração, tendo em conta a situação demográfica e as suas causas profundas, pelo que apela à promoção da migração legal, e sublinha que a ajuda ao desenvolvimento não deve ser associada à cooperação em matéria de migração.

Esta é uma versão atualizada de uma [nota "Em síntese"](#) publicada antes da primeira sessão plenária de novembro.